

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O DiaClass.: 110Data: 02.11.84

Pg.: _____

Juruna denunciou a Venturini arrendamento de área indígena

BRASÍLIA (AGS) - O Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) recorreu ao General Danilo Venturini, Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, pedindo providências no sentido de anular os contratos de arrendamento das terras dos índios Kadiweu, no município de Porto Murtinho (MS), cedidas pela Fundação Nacional do Índio a fazendeiros, mediante o pagamento de apenas Cr\$ 79 por hectare/ano, pagáveis em duas prestações semestrais.

Juruna enviou uma carta ao Ministro, juntamente com cópias dos contratos de arrendamento firmados pelo ex-presidente da Funai, Jurandi Marcos da Fonseca, pouco antes de ser demitido. Segundo Juruna, são tantas as terras arrendadas que a Funai mandou imprimir os contratos, deixando em branco apenas os lugares para colocação dos nomes dos arrendatários, das áreas arrendadas e das datas.

A área indígena dos Kadiweu, com cerca de 530 mil hectares, foi doada àqueles índios pelo Imperador D. Pedro II, em sinal de reconhecimento pela ajuda que os indígenas prestaram durante a Guerra do Paraguai, contribuindo para a vitória da Triplíce Aliança. Com o surgimento do Serviço de Proteção aos Índios, depois transformado na Funai, grande parte dessas terras foi arrendada a fazendeiros e agora os contratos foram renovados a preços irrisórios.

Por mil hectares de terras de ótima qualidade, um fazendeiro paga apenas Cr\$ 79 mil 170 por ano, e em duas parcelas anuais. "É um crime", afirma Juruna. "E o pior de tudo" esclarece o Deputado, "é que o contrato não registra a área arrendada, determinando que o próprio fazendeiro apresente, dentro de 90 dias, a medição".

Em outro documento, também enviado ao Ministro Danilo Venturini, Mário Juruna denuncia invasão de terras indígenas em vários pontos do Brasil Central, e pede providências para a definição do território dos índios na zona da Ilha do Bananal, que será cortada pela Rodovia Transaraguaia, em construção pelo Governo Federal.

Alega o Deputado que a estrada corta a área indígena e que facilitará a invasão de caçadores e predadores da fauna e da flora, com sérias ameaças ao próprio equilíbrio ecológico da região, levando, ainda, através do contato com nativos, doenças epidemiológicas para as quais os índios não têm defesas imunológicas. Eles querem uma definição de território partindo do limite sul da estrada, numa área contínua, e a implantação de um posto para o atendimento à população indígena Javaé, que vive ali.